



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

Núcleo de Assuntos Econômico-Fiscais

José Fernando Cosentino Tavares
Ingo Antônio Luger

ORÇAMENTO DE 2015

AVALIAÇÃO DE RECEITA E DESPESA
II BIMESTRE (22/5)

CUMPRIMENTO DE METAS
I QUADRIMESTRE (28/5)

CONTINGENCIAMENTO

DECRETO Nº 8.456 (22/5)
PORTARIA MP 168 (22/5)

Nota Técnica 19/15
(8 de julho)

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO	2
II – CENÁRIO ECONÔMICO-FISCAL.....	2
III – REPROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE 2015	5
IV – O CONTINGENCIAMENTO.....	8
V – RUMOS DO AJUSTE E PROBLEMAS DE REALIZAÇÃO DE RECEITAS.....	10
VI – AVALIAÇÃO DE RECEITAS.....	11
VII – COMENTÁRIOS SOBRE DESPESAS SELECIONADAS.....	14
VIII – PERSPECTIVAS PARA O ATINGIMENTO DA META FIXADA NA LDO.....	15
IX – TABELAS ANEXAS.....	18

Endereço internet: <http://intranet2.camara.gov.br/internet/conheca/estruturaadm/conof>
E-mail: conof@camara.leg.br

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citado(s) o(s) autor(es) e a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados. Este trabalho é de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es), não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados nem de parlamentares.

I – INTRODUÇÃO

1. Seguem observações sobre as previsões de 2015 e o contingenciamento inicial das dotações do Executivo, baseadas no Relatório de Avaliação de receitas e despesas referente ao 2º bimestre (2ª Aval); nas metas quadrimestrais e nos limites de pagamento e de movimentação e empenho, fixados no Decreto 8.456/15 e na Portaria 168 do Ministério do Planejamento, todos de 22 de maio; assim como no Relatório do cumprimento de metas do 1º quadrimestre, de 28 de maio e nas programações da proposta e da Lei orçamentária.¹

2. ***Publicação tardia*** O orçamento da União (Lei 13.115/15) só foi publicado no dia 22 de abril, findo o prazo (LDO, art. 52, §4º) para envio aos demais Poderes do relatório de avaliação relativo ao 1º bimestre. Não havia Lei com a qual comparar reestimativas de receitas e despesas, nem medidas a tomar, já que apenas algumas despesas discricionárias poderiam ser executadas (LDO, art. 53). O primeiro contingenciamento do exercício (Decreto 8.456/15) não poderia trazer meta primária para o 1º quadrimestre. O Relatório do cumprimento de metas limitou-se a registrar o resultado realizado do 1º quadrimestre.

II – CENÁRIO ECONÔMICO-FISCAL

3. ***Cenário macroeconômico*** Reestimativas de receitas e de despesas obrigatórias que impõem o contingenciamento deveriam fundamentar-se em hipóteses plausíveis sobre o comportamento de variáveis econômicas. No passado, essas previsões eram exageradamente otimistas. Os parâmetros agora adotados pelo Executivo datam de 13 de maio e constam de Tabela em anexo, junto com os dados realizados dos 5 últimos anos, outras projeções oficiais e as expectativas levantadas pelo Banco Central junto aos analistas de mercado em 30 de abril e em 3 de julho.

¹ Decretos anteriores sinalizaram alguma contenção das despesas: o Decreto 8.369/15, de 7 de janeiro, autorizou, até a publicação da Lei, a execução das despesas previstas no projeto com obrigações constitucionais ou legais da União relacionadas na Seção I do Anexo III da LDO e mais outras 11 categorias de despesas de que trata o art. 53 da LDO, sendo que a movimentação e o empenho de despesas correntes de caráter inadiável, presumivelmente de R\$ 67,95 bilhões, foram limitadas a 2/3; o Decreto 8.412/15, de 26 de fevereiro, definiu limites até abril para pagamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e pagamento de custeio e demais investimentos; e o Decreto 8.434/15, de 22 de abril, com os limites até maio, aumentados proporcionalmente.

Parâmetros do Orçamento em 2015		
Parâmetros	Lei Orçamentária	Aval 2º Bimestre
PIB - Crescimento real (%)	0,77	(1,16)
PIB nominal (R\$ bilhões)	5.522,80	5.833,55
IPCA acumulado (%)	6,49	8,26
IGP-DI acumulado (%)	5,69	6,35
Taxa Over - Selic média (%)	12,17	12,96
Câmbio - Taxa média (R\$ / US\$)	2,59	3,08
Petróleo - Preço médio (US\$/barril)	86,02	68,75
Salário Mínimo (R\$ 1,00)	788,06	788,00
Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º Bimestre de 2015, SOF/MP e STN/MF.		

4. ***Recessão com mais inflação em 2015*** A previsão para o comportamento do PIB em termos reais em 2015 variou de crescimento de 0,8%, da LDO (alterada), para queda de 1,2% nesta 2ª Aval. A inflação medida pelo IPCA teve previsão de alta, de 6,49% acumulados no ano, para 8,26%. Esse cenário é mais realista e corresponde às expectativas do mercado financeiro em 30 de abril.²

5. ***Piora de parâmetros importantes*** Houve piora no prognóstico de ambos os indicadores de 2ª Aval para cá. Segundo o IBGE, o PIB caiu 1,6% no primeiro trimestre, contra o mesmo período de 2014; para o Banco Central (IBC-Br), a queda de atividade foi de 2,5%, quadrimestre contra quadrimestre. Os economistas do mercado financeiro consultados semanalmente pelo Banco Central já estimavam na sondagem de 3 de julho em 1,5% a queda do PIB para 2015. A alta dos preços foi de 8,47% em 12 meses até maio, refletindo principalmente o realinhamento dos itens monitorados. O mercado financeiro previa variação do IPCA de 9% no ano, acompanhando a hipótese do Banco Central no Relatório de Inflação de junho.

6. ***Demais hipóteses*** O mercado ficou rapidamente mais pessimista também em relação à meta para a taxa Selic em dezembro, cujo prognóstico já é de 14,5% a.a. – na 2ª Aval chegaria a 13,5% –, e ainda quanto ao INPC (que se refletirá no próximo reajuste do salário mínimo) e ao IGP-di. A massa salarial, de acordo com a 2ª Aval, deve crescer pouco abaixo de 5%, enquanto o Bradesco, por exemplo, projetava 3,5% negativos em 3 de julho, depois de os dados da Pesquisa Mensal do Emprego do IBGE apontarem queda no rendimento mensal e aumento da taxa de desocupação entre maio de 2014 e maio de 2015. Outro indicador importante para o orçamento, o preço médio do barril de petróleo, foi de US\$ 86 para US\$ 68,75.

² Valores de parâmetros na 2ª Aval que divergem substancialmente dos da pesquisa Focus de 30 de abril são a taxa Selic de dezembro e o IGP-DI (ver tabela).

7. **Tendência de queda do resultado primário e ajuste** 2014 registrou o primeiro déficit fiscal primário neste século, de 0,59% do PIB, depois de o resultado vir caindo rapidamente desde 2012.³ A queda se deu apesar de exercícios de contabilidade criativa, do ingresso de valores elevados de receitas não recorrentes, incluindo o leilão do campo de Libra (R\$ 15 bilhões arrecadados em 2013, ou 0,3% do PIB) e de parcelamentos especiais de tributos nos 2 últimos exercícios (entre 0,4% e 0,5% do PIB)⁴, e do adiamento de despesas. A piora entre 2013 e 2014 foi de mais de 2,35% do PIB. A meta de 2014 variou muito no decorrer do exercício: foi de R\$ 80,8 bilhões até a 3ª Avaliação do ano, e caiu até R\$ 10,1 bilhões no último decreto, descumprido. O plano inicial da atual gestão econômica, até agora reafirmado, seria atingir resultado positivo em 2015 equivalente a 1,2% do PIB, e de 2% do PIB em 2016-2017. Do sucesso do ajuste dependem o rumo da política de juros e o grau de investimento.⁵

Cenário Econômico e Fiscal, 2010-2015											
(% do PIB)											
Indicadores	Realizado					2015					
	2010	2011	2012	2013	2014	LDO 2015 (alter) ¹	PLDO 2016	mai/15	Aval do 2º Bimestr	Focus/BC	
										30/abr	3/jul
Dívida Bruta - governo geral	51,8	51,3	54,8	53,3	58,9	64,1	62,5	62,5	63,4
Dívida Líquida - setor público	38,0	34,5	32,9	31,5	34,1	37,4	34,9	33,6	35,1	38,00	37,30
Superávit Primário - setor público	2,62	2,94	2,23	1,77	(0,59)	1,20	1,20	1,08	1,14	0,90	0,70
Superávit Primário - União	2,01	2,14	1,80	1,45	(0,41)	1,00	1,10	0,26	0,95
Juros Nominais - setor público	(5,03)	(5,41)	(4,54)	(4,83)	(5,64)	(5,30)	(6,36)	(8,40)	(6,25)	(6,10)	(6,60)
Juros Nominais - União	(3,20)	(4,13)	(3,13)	(3,60)	(4,54)	(4,04)	...	(6,74)
Resultado Nominal - setor público	(2,41)	(2,47)	(2,31)	(3,05)	(6,23)	(4,10)	(5,16)	(7,32)	(5,30)	(5,20)	(5,90)
Resultado Nominal - União	(1,19)	(1,99)	(1,32)	(2,15)	(4,95)	(3,04)	...	(6,47)

Fonte: Banco Central do Brasil; Apresentação do projeto de LDO para 2016/ MPOG ("MF e MPOG para o resultado primário e BCB para as demais variáveis"); Anexo de metas fiscais da LDO de 2015; Focus – Relatório de Mercado.

¹ Dívida inclui previsão com reconhecimento de passivos.

8. **O resultado continua piorando** Nos cinco primeiros meses de 2015 o setor público consolidado voltou a ter superávit. Foi de quase 1,1% do PIB

³ Os resultados de 2009 e 2010 foram insatisfatórios por causa da crise, mas em 2011 a meta de 3,1% do PIB de superávit primário foi alcançada.

⁴ O parcelamento da Lei nº 12.865/13 rendeu entre outubro e dezembro do exercício, em valores correntes, R\$ 21,8 bilhões, concentrados em Cofins/PIS de instituições financeiras e IRPJ/CSLL sobre lucros de empresas controladas ou coligadas no exterior. O parcelamento das Leis nºs 12.996 e 13.043/14 gerou R\$ 19,9 bilhões entre agosto e dezembro do exercício, e o parcelamento anterior, R\$ 5,6 bilhões nos 12 meses de 2014, somando R\$ 25,5 bilhões.

⁵ A *Standard and Poor's* cortou a avaliação do crédito do Brasil para BBB- em março de 2014, a primeira baixa desde julho de 2002. Em setembro de 2014, a *Moody's* tinha revisto a perspectiva do risco soberano para negativa. Essas e outras agências de avaliação de risco estão acompanhando a evolução do quadro das finanças públicas e, em caso de piora, reduzirão o *rating* do Brasil. Além delas, organismos de âmbito internacional, como o FMI, criticavam os rumos da política fiscal desde 2013 e pregam superávit primário que mantenha a dívida em trajetória de queda.

acumulado até maio, mas a melhora foi aparente porque em 2014 foi de 1,4% do PIB no mesmo período. O que é pior: a União é responsável pela deterioração do quadro consolidado, e até maio de 2015 poupou apenas 0,26% do PIB (R\$ 6,27 bilhões), ao passo que no período equivalente do exercício passado, 0,75% do PIB – praticamente o triplo (R\$ 16,82 bilhões a valores correntes) –, e encerrou o exercício no vermelho. Esse mau desempenho tem sido atribuído em parte ao fato de a União ter, em começo de ano, procurado regularizar pagamentos em atraso do exercício anterior. Estados e municípios tiveram até o mês desempenho acima de sua contribuição esperada para o ano.

9. ***Piora de todos os indicadores fiscais: dívida*** 2014 registrou também a reversão da trajetória de queda da dívida líquida do setor público, de 31,5% do PIB em dezembro de 2013, para 34,1% do PIB em 2014, apesar da redução em 2,7 p.p do PIB dos títulos livres em carteira do Banco Central. A dívida bruta do governo geral, cada vez mais em foco pela possibilidade de ser comparada internacionalmente, subiu de 53,3% do PIB em 2013 para 58,9% do PIB – foi de 59,3% do PIB no ano crítico de 2009.⁶ As operações compromissadas, afetando ambos os agregados, pularam de 10,3% do PIB para 14,7% do PIB, e a dívida mobiliária do Tesouro em mercado ficou praticamente estável. Em maio de 2015, a dívida líquida do setor público havia regredido para 33,6% do PIB, com o efeito da desvalorização cambial sobre as reservas, que mais que compensou novos aumentos da dívida mobiliária do Tesouro e das operações compromissadas. O mesmo não ocorreu com a dívida bruta, que continuou avançando rapidamente, para 62,5% do PIB, o maior nível da série desde 2002, superando assim os 60% do PIB tidos convencionalmente como limite adequado para países de nossa categoria. As operações compromissadas situaram-se em 15,4% do PIB, enquanto a dívida mobiliária, de 39,4% do PIB em dezembro de 2014, chegou a 41,7% do PIB. Créditos concedidos a instituições financeiras oficiais estão estáveis em cerca de 10% do PIB desde o fim de 2014.

10. ***Juros líquidos e déficit nominal*** O déficit nominal mais que dobrou de 2013, para 6,23% do PIB em 2014, e o acumulado em maio de 2015 alcançou 7,32% do PIB. Os juros, por sua vez, de 4,83% do PIB e 5,64 % do PIB em respectivamente, 2013 e 2014, equivaleram a 8,4% do PIB no ano até maio de 2015 – já praticamente R\$ 200 bilhões, apropriados por competência –, o que se explica não só pela elevação da Selic, como também pelos volumosos resultados desfavoráveis para o Banco Central nas operações de *swap* cambial (R\$ 41,3 bilhões).

III – REPROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE 2015

11. ***Contingenciamento insuficiente*** O Executivo implicitamente admite que o Decreto subestima o contingenciamento necessário para se alcançar a meta

⁶ Descontados os haveres externos líquidos do Banco Central, teríamos aumento de 36,4% do PIB em 2013 para 41,1% do PIB em 2014, a despeito da desvalorização cambial.

nominal estipulada na LDO. A 2ª Aval, em algumas passagens, afirma que despesas da seguridade social foram reestimadas na reprogramação tendo em conta os efeitos da aprovação das regras contidas nas MP 664 e 665, de 30 de dezembro de 2014, e PL nº 863/15, de 20 de março, e que alterações pelo Congresso Nacional nas respectivas leis de conversão poderão ensejar nova revisão. O contingenciamento, reconhecido o fato de que as medidas propostas não surtirão os resultados previstos, deveria ter sido maior desde já.

12. **Deficiências do Relatório** Melhoraram muito pouco a qualidade e a transparência da avaliação bimestral de receitas e despesas. Não há memória de cálculo das estimativas, que pudesse justificar o otimismo das previsões.

13. **A 2ª Avaliação prevê frustração menor que em 2014** Pelo quarto ano seguido a estimativa inicial de receitas é inferior não somente à Lei, mas também em relação à proposta orçamentária. A expectativa é de que a arrecadação em 2015 seja, descontadas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios, inferior em R\$ 69,6 bilhões ao que constou na Lei, conforme Tabela seguinte. Em 2014, estimava-se no primeiro contingenciamento queda da receita líquida de R\$ 15,3 bilhões, mas ao fim do exercício a frustração foi de R\$ 87,8 bilhões.

14. **Principais determinantes do contingenciamento** Superada a questão do tamanho dos abatimentos da meta⁷, despesas do PAC em particular, que na LDO de 2015 não podem variar como variaram no decorrer de exercícios anteriores, importam para o contingenciamento as reestimativas da receita líquida e das despesas obrigatórias. As despesas discricionárias, incluindo os investimentos, têm que se ajustar. A meta primária a ser atingida em 2015 é fixa e a execução do PAC mais uma vez foi limitada.⁸

⁷ LDO de 2015, art. 2º, *caput*: “A aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2015, bem como a execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário, para o setor público consolidado não financeiro de R\$ 66.325.000.000,00 (sessenta e seis bilhões, trezentos e vinte e cinco milhões de reais), já considerada a redução do montante de R\$ 28.667.000.000,00 (vinte e oito bilhões, seiscentos e sessenta e sete milhões de reais) relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, sendo a meta de superávit primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social de R\$ 55.279.000.000,00 (cinquenta e cinco bilhões, duzentos e setenta e nove milhões de reais), e R\$ 0,00 (zero real) para o Programa de Dispendios Globais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo IV desta Lei.” A menção ao redutor do PAC é irrelevante e não consta do demonstrativo dos resultados primários quadrimestrais (Anexo XI do Decreto 8.456/15).

⁸ Em 2013, no primeiro contingenciamento o esforço primário foi reduzido, alterando a previsão do abatimento em R\$ 20 bilhões para permitir corte menor. Em 2014, no sentido oposto, decidiu-se aumentar o esforço primário, passando a meta da União de R\$ 58,1 bilhões na Lei para R\$ 80,8 bilhões na primeira reprogramação – o que veio a ser substancialmente mudado mais tarde. O esforço maior em 2014 visava compensar parcialmente a frustração esperada na meta de estados e municípios, ainda que tal compensação não fosse, única vez até hoje, obrigatória no exercício passado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2015

Evolução de Estimativas e Determinantes do Contingenciamento de Despesas Discricionárias

Receitas, Despesas e Resultado Primário	Projeto de Lei	Orçamento	Avaliação do 2º Bimestre (Decreto 8.456/15)		Diferenças entre Orçamento e Decreto
	R\$ milhões			% PIB	R\$ milhões
RECEITA TOTAL	1.447.658,1	1.429.660,4	1.349.036,1	23,13	(80.624,3)
Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	876.620,5	864.621,4	848.328,1	14,54	(16.293,3)
Imposto de Importação	45.544,4	47.976,8	43.760,7	0,75	(4.216,2)
IPI	60.480,9	59.515,1	55.880,0	0,96	(3.635,1)
Imposto sobre a Renda	323.172,4	315.401,7	316.231,7	5,42	830,1
IOF	34.612,1	35.615,4	37.768,9	0,65	2.153,5
COFINS	223.913,9	222.907,0	214.908,5	3,68	(7.998,5)
PIS/PASEP	59.461,3	59.145,8	56.216,6	0,96	(2.929,2)
CSLL	77.073,1	75.873,1	71.001,6	1,22	(4.871,5)
CIDE-Combustíveis	9,7	9,7	3.600,9	0,06	3.591,3
Outras Administradas pela RFB	52.352,7	48.176,8	48.959,2	0,84	782,4
Arrecadação Líquida para o RGPS	374.386,9	374.544,2	342.014,0	5,86	(32.530,2)
Outras Receitas	196.650,8	190.494,8	158.694,0	2,72	(31.800,8)
Concessões e Permissões	13.303,8	15.233,2	18.078,1	0,31	2.844,9
Complemento do FGTS	3.895,3	4.191,0	4.045,3	0,07	(145,7)
Cont. Plano de Seguridade do Servidor	12.130,4	12.130,4	11.462,8	0,20	(667,6)
Contribuição do Salário-Educação	20.420,5	20.420,5	19.614,2	0,34	(806,3)
Cota-Parte de Compensações Financeiras	58.397,3	50.397,3	32.376,8	0,56	(18.020,6)
Dividendos e Participações	24.508,0	25.020,4	15.505,3	0,27	(9.515,1)
Operações com Ativos	5.500,0	3.300,0	7.500,0	0,13	4.200,0
Receita Própria (fontes 50, 81 & 82)	13.866,5	13.866,5	14.118,8	0,24	252,4
Demais Receitas	44.629,0	45.935,5	35.992,7	0,62	(9.942,8)
TRANSFERÊNCIAS A ENTES SUBNACIONAIS	230.565,7	224.428,5	213.433,9	3,66	(10.994,6)
Cide combustíveis	2,2	2,2	558,7	0,01	556,5
Compensações Financeiras	36.122,8	32.122,8	20.176,7	0,35	(11.946,1)
Contribuição do Salário Educação	12.252,3	12.252,3	12.743,1	0,22	490,7
FPE/FPM/IPI-EE	176.038,6	173.884,9	173.130,9	2,97	(754,0)
Fundos Constitucionais	5.123,1	5.123,1	5.886,3	0,10	763,2
Demais	1.026,7	1.043,2	938,2	0,02	(105,0)
RECEITA LÍQUIDA	1.217.092,4	1.205.231,9	1.135.602,2	19,47	(69.629,7)
DESPESAS	1.131.090,3	1.149.952,9	1.080.323,2	18,52	(69.629,7)
Benefícios da Previdência	436.289,7	436.289,7	437.472,3	7,50	1.182,6
Pessoal e Encargos Sociais	235.069,1	235.831,3	235.583,8	4,04	(247,5)
Outras Despesas Obrigatórias	168.640,4	165.491,4	164.872,2	2,83	(619,2)
Abono e Seguro Desemprego	46.998,8	46.998,8	41.955,3	0,72	(5.043,5)
Anistiados	238,0	238,0	238,0	0,00	
Auxílio à CDE	9.000,0	4.190,0	1.250,0	0,02	(2.940,0)
Benefícios de Legislação Especial	956,8	976,9	956,8	0,02	(20,0)
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	42.237,7	42.237,7	42.940,8	0,74	703,1
Complemento do FGTS	3.895,3	3.895,3	5.245,4	0,09	1.350,1
Créditos Extraordinários			1.345,0	0,02	1.345,0
Despesas Custeadas com Convênios/Doações (Executivo)	754,6	754,6	1.713,5	0,03	958,9
Fabricação de Cédulas e Moedas			800,0	0,01	800,0
Fundef/Fundeb - Complementação	12.577,5	12.577,5	13.287,8	0,23	710,3
Fundo Constitucional do DF	7.085,9	7.085,9	7.085,9	0,12	
Fundos FDA, FDNE e FDCO			503,0	0,01	503,0
Legislativo/Judiciário/MPU	12.290,7	14.029,6	13.094,2	0,22	(935,4)
Lei Kandir (LCs nº 87/96 e 102/00)		3.900,0	3.900,0	0,07	
Sentenças Judiciais e Precatórios de Outros Custeios e Capital	8.182,4	8.182,4	8.550,6	0,15	368,3
Subsídios, Subvenções e Proagro	23.027,8	19.029,8	20.610,8	0,35	1.581,0
Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	327,4	327,4	327,4	0,01	
Transferência Multas ANEEL (Acórdão TCU nº 3.389/2012)	1.067,6	1.067,6	1.067,6	0,02	
Desp. Discricionárias e Sujeitas a Program. Financeira-Executivo ⁽¹⁾	291.091,1	312.340,5	242.394,9	4,16	(69.945,6)
Despesas Obrigatórias sujeitas a Programação		122.169,5	122.169,5	2,09	
Base Contingenciável do Executivo		190.171,1	120.225,4	2,06	(69.945,6)
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC		65.610,6	39.290,6	0,67	(26.320,0)
Emendas Individuais na Programação do Executivo		9.594,5	4.933,1	0,08	(4.661,4)
Despesas Discricionárias/Base Contingenciável do Executivo		114.966,0	76.001,7	1,30	(38.964,2)
RESULTADO PRIMÁRIO	86.002,0	55.279,0	55.279,0	0,95	(0,0)
Resultado do Tesouro	147.904,9	117.024,5	150.737,3	2,58	33.712,8
Resultado da Previdência Social antes da Compensação	(61.902,8)	(61.745,5)	(95.458,3)	(1,64)	(33.712,8)
Memorando					
Compensação Desoneração da Folha (Leis 12.546, 12.715, 12.794, 13.043)	18.166,4	18.166,4	22.666,4	0,39	4.500,0
Total das Despesas Obrigatórias	839.999,2	837.612,4	837.928,3	14,36	316,0
Total das Despesas Obrigatórias do Executivo sem Compensação	827.708,5	823.582,8	824.834,1	14,14	1.251,4
Desp. Discricionárias do Executivo+Demais Poderes, exceto Pessoal	303.381,8	326.370,1	255.489,1	4,38	(70.881,1)
Produto Interno Bruto			5.833.549,5		

Fonte: SOF/MP. Portaria MP 168/2015; 2ª Avaliação. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Inclui reserva primária de 1% da RCL.

15. **Receitas foram substancialmente revistas** Do lado das receitas, a revisão foi profunda, mas subsistem superestimativas. A proposta orçamentária já continha alguns itens questionáveis, como deixou claro a Nota Técnica 17, de 2014, dos quais alguns não foram objeto de correção no Relatório da Receita da CMO. O Congresso Nacional reconheceu a gravidade do cenário que se projetava para 2015, mas permaneceu otimista e decidiu pelo corte em relação à proposta de apenas R\$ 18 bilhões na receita bruta, e de R\$ 11,86 bilhões, na líquida.⁹

16. **Despesas obrigatórias aumentam moderadamente** Despesas obrigatórias, no conjunto, tiveram aumento em relação ao orçamento, de R\$ 1,25 bilhão, e pouco mais de R\$ 300 milhões, quando considerada a limitação de empenho dos demais Poderes.¹⁰ As variações positivas (aumentos na previsão) em 2015 incluem despesas somando R\$ 2,65 bilhões que não constaram do projeto nem da Lei, porque não são contemplados no orçamento, como créditos extraordinários, de R\$ 1,35 bilhão, fabricação de cédulas e moedas, orçada em R\$ 800 milhões, e ainda despesas com os fundos de desenvolvimento FDA, FDNE e FDCO.

17. **Tamanho do contingenciamento (1)** Como resultado da combinação de menores receitas e maiores despesas obrigatórias, o contingenciamento de despesas discricionárias em 2015 foi de R\$ 70,9 bilhões, ou de R\$ 69,9 bilhões para o Executivo. O contingenciamento é mais que o dobro em relação a 2014 (R\$ 30,5 bilhões).

IV – O CONTINGENCIAMENTO

18. **Desdobramentos** A primeira Avaliação deste exercício sinalizou política fiscal mais rigorosa, refletindo o ajuste fiscal. Há, contudo, problemas na programação com receitas possivelmente superestimadas e itens de despesa obrigatória subestimados, números irrealistas e mal explicados, cuja finalidade é a de postergar o anúncio de novos cortes (difíceis, pela rigidez mesmo de despesas ditas discricionárias), de novos tributos (mais fáceis se independerem de aprovação legislativa) e da redução da meta.

19. **Tamanho do contingenciamento (2)** O contingenciamento afeta as despesas que compõem a “base contingenciável”, 60% do agregado que na Avaliação corresponde às ditas despesas discricionárias. A Tabela a seguir mostra, a partir da decomposição desse agregado, como o contingenciamento afetou diferentes grupos de despesas até agora. O contingenciamento equivale a 22,4% das despesas discricionárias

⁹ Durante a tramitação do projeto de lei orçamentária de 2015 no CN, pela observação do desempenho do setor público ao fim de 2014 foi tomada a decisão de, reduzir a meta primária em R\$ 30,7 bilhões. A mesma Nota citada no parágrafo informa que, desde 2004, em apenas um orçamento, o de 2009, a receita foi reduzida em relação à proposta.

¹⁰ Em 2013 e 2014, ao contrário, o contingenciamento inaugural pode ser menor em decorrência da revisão para baixo desse tipo de despesas, principalmente com subsídios (R\$ 8,1 bilhões a menos em 2014).

e obrigatórias sujeitas a programação.¹¹ As últimas não sofreram corte. As despesas da base contingenciável a cargo do Executivo – efetivamente discricionárias, que não PAC – tiveram 33,9% contingenciados.

Primeiro Decreto de Contingenciamento. Limites de Movimentação e Empenho, 2015				
Despesas discricionárias e sujeitas a programação financeira do Executivo				
(R\$ milhões)				
Despesas	Orçamento	Decreto 8.456/15	Contingenciamento	
			Valor	% do Orç
Discricionárias e sujeitas a programação ⁽¹⁾	312.340,5	242.394,9	(69.945,6)	22,4
Despesas obrigatórias	122.169,5	122.169,5	0,0	0,0
Despesas obrigatórias sujeitas a programação ⁽²⁾	112.421,5	112.421,5	0,0	0,0
Benefícios a servidores, militares e seus dependentes	9.748,0	9.748,0	0,0	0,0
Despesas discricionárias/Base contingenciável do Executivo	190.171,1	120.225,4	(69.945,6)	36,8
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	65.610,6	39.290,6	(26.320,0)	40,1
Emendas individuais na programação do Executivo	9.594,5	4.933,1	(4.661,4)	48,6
Despesas discricionárias/Base contingenciável efetiva ⁽¹⁾	114.966,0	76.001,7	(38.964,2)	33,9
Fonte: 2ª Avaliação e Portaria 168/15 do Ministério do Planejamento, de 22 de maio.				
⁽¹⁾ Inclui reserva primária de R\$ 1 milhão na Lei e no decreto.				
⁽²⁾ Inclui despesas não sujeitas a limitação de empenho, nos termos do Anexo III da LDO, tais como Bolsa família, piso de atenção básica fixo, atenção à saúde para procedimentos em média e alta complexidade.				

20. Limitação do PAC e das emendas parlamentares A execução das despesas do PAC foi limitada a 60% da programação de R\$ 65,6 bilhões: a promessa é de executar R\$ 39,3 bilhões. Apenas 48,6% das emendas individuais obrigatórias serão executados, porque sofreram o impacto combinado da queda da receita corrente líquida em 2014, caindo de R\$ 9,6 bilhões aprovados no orçamento, para R\$ 4,9 bilhões.¹² As emendas coletivas, de acordo com as informações veiculadas na ocasião do anúncio do contingenciamento, foram 100% cortadas da programação, uma parte das quais no PAC. A subtração na programação do PAC afetou diversos ministérios, em especial o das Cidades.

¹¹ Despesas citadas genericamente como discricionárias no Decreto incluem alguns itens de natureza obrigatória como, por exemplo, transferências para o SUS, bolsa família, dinheiro direto na escola e outros.

¹² A Tabela 13 do Relatório de Avaliação do 2º bimestre apura o valor das emendas individuais a que se refere o art. 166, §§ 9º, 10, 11 e 17 da Constituição Federal, de execução obrigatória em 2015. Foram aprovadas na lei orçamentária emendas somando o equivalente a 1,2% da Receita Corrente Líquida (RCL) prevista no projeto de lei (R\$ 808,1 bilhões), metade desse valor destinada a ações e serviços públicos de saúde. Do aprovado, somente o equivalente a 1,2% da RCL realizada em 2014 (R\$ 641,6 bilhões) é de execução obrigatória, queda de mais de 20%, preservadas as proporções dos Poderes. Além disso, em caso de contingenciamento as emendas individuais de execução obrigatória são reduzidas em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias de todos os Poderes, de 35,34%, conforme demonstra o Relatório na Tabela 14. A Tabela 15 mostra que, de R\$ 9,68 bilhões de emendas individuais impositivas, R\$ 4,98 bilhões serão executadas, sendo que, a cargo do Executivo, R\$ 4,93 bilhões.

V – RUMOS DO AJUSTE E PROBLEMAS DE REALIZAÇÃO DE RECEITAS

21. Ajuste dependente do aumento das receitas¹³ De acordo com a 2ª Avaliação, as receitas totais deverão crescer de 21,8% do PIB em 2014 para mais de 23,1% do PIB em 2015, sendo que a receita líquida, depois de descontadas as transferências constitucionais e legais para estados e municípios, de 18,2% do PIB, para quase 19,5% do PIB.

22. Despesas altas, apesar do corte Mesmo com o bloqueio recorde, a despesa para 2015 está estimada em R\$ 1,08 trilhão, o equivalente a 18,5% do PIB, a mesma proporção recorde realizada em 2014, ano eleitoral. Nominalmente são R\$ 58,2 bilhões a mais. As autoridades da área econômica, antes do Decreto, achavam possível trazer as despesas para o patamar de 2013, que corresponderia a 17,7% do PIB.

23. Ajuste dependente de receitas não recorrentes De acordo com a 2ª Avaliação, é desproporcionalmente elevado o volume de receitas extraordinárias de tributos que se pretende arrecadar, ao mesmo tempo em que estão previstos ingressos substanciais de concessões e de vendas de ativos inservíveis. Fontes oficiais veiculam a intenção de recorrer a privatizações de empresas públicas ou suas subsidiárias como forma de compensar perdas por atrasos na aprovação das medidas do ajuste fiscal.

24. Problemas com as receitas federais: queda da arrecadação administrada Análises da Receita Federal do Brasil têm demonstrado que a arrecadação administrada está caindo.¹⁴ A arrecadação acumulada até maio de 2015, em comparação com o mesmo período de 2014, caiu 1,6% em termos reais (IPCA). Essa queda praticamente coincide com o mais recente prognóstico de recuo da atividade econômica para este ano dos analistas do mercado financeiro consultados pelo Banco Central.

25. Problemas com as receitas federais: aumento insuficiente da arrecadação administrada Dados da arrecadação até maio, combinados com estimativas do Banco Central para o PIB, mostram que a receita de tributos administrados pela RFB representou pouco menos de 14,1% do PIB do período, mais que no exercício de 2013 (13,4% do PIB), porém menos que prevê a 2ª Aval (14,54%). Há novas cobranças sendo cogitadas, como, por exemplo, o fim da dedução, pela pessoa jurídica, na determinação do lucro real, de juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio.

26. Despesas mais altas numa próxima avaliação Já foi dito que despesas da seguridade social foram reestimadas na reprogramação tendo em conta os efeitos da aprovação das regras contidas nas MP 664 e 665, de 30 de dezembro de 2014. Quando

¹³ Nossa análise desconsidera como receita e como despesa a compensação ao RGPS pela desoneração da folha.

¹⁴ Ver em <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2015/maio2015/apresentacao-arrecadacao-mai-2015.pdf>. As mais recentes explicações para esse comportamento sugerem sonegação mais alta, diante dos receios dos contribuintes com o desenrolar da crise, e o hábito de contarem com parcelamentos sucessivos e frequentes.

os resultados piores das leis de conversão forem avaliados, as despesas serão revistas para cima.

27. **Rumos do ajuste** A meta primária terá que ser reduzida em 2015, mas o aumento da carga tributária assegurará, junto com o impacto pleno de medidas na área da seguridade, um resultado fiscal bem melhor em 2016.

VI – AVALIAÇÃO DE RECEITAS

28. **Receitas incertas** A estimativa da receita total é otimista, superando em percentagem do PIB todos os exercícios anteriores desde 2011, conforme Tabela anexa. Crescerá 12% nominalmente em relação a 2014.

29. **Receitas administradas pela Receita Federal do Brasil** A 2ª Aval estima arrecadação de R\$ 848,3 bilhões de receita administrada, com redução de apenas R\$ 16,3 bilhões em relação à Lei. Com relação ao arrecadado em 2014, o aumento nominal é 14,8%. Alguns tributos estão sendo majorados, outros criados. No entanto, em 2014 ingressaram R\$ 19,95 bilhões em virtude de adesão aos parcelamentos de débitos previstos nas Leis 12.996 e 13.043, de 2014, e no total, R\$ 24,95 bilhões de receitas atípicas.

30. **Receitas atípicas** A 2ª Avaliação aumenta a previsão de receitas administradas atípicas, que não guardam relação com qualquer parâmetro, de R\$ 27,5 bilhões na Lei para R\$ 51 bilhões, considerando o previsto a esse título para o período maio-dezembro (R\$ 46,4 bilhões) e o já recolhido extraordinariamente até abril (R\$ 4,6 bilhões em fevereiro). Dos ingressos aguardados nos 2 últimos quadrimestres R\$ 15,9 bilhões estão distribuídos entre todos os tributos, destacando-se os sobre renda e lucros da pessoa jurídica (R\$ 12 bilhões) e R\$ 30,5 bilhões atribuídos às demais receitas das outras receitas administradas, mal identificadas e que não estão sujeitas a repartição com estados e municípios. Especulou-se que se formava aí uma “reserva” para prever arrecadações elevadas de impostos e contribuições sobre a movimentação de valores e reavaliações de ativos decorrentes da venda de participação societária ou abertura de capital de empresas estatais ou suas subsidiárias (Caixa Seguros, IRB-Brasil Resseguros, BR Distribuidora ...).

31. **Arrecadação líquida do INSS** A previsão da arrecadação líquida do INSS foi reduzida em R\$ 32,5 bilhões em relação à Lei (praticamente o mesmo montante em relação à proposta) e inclui R\$ 6 bilhões de receitas atípicas. De acordo com a 2ª Aval, retomaria trajetória de alta, para 5,86% do PIB. Terá aumento nominal de 7% em relação a 2014, ao passo que a massa salarial cresce 4,8% de acordo com a Avaliação, mas bem menos à luz de dados mais recentes. Em 2014, as receitas, incorporando quase plenamente os reflexos da desoneração da folha, cresceram 7,2%, enquanto a massa salarial cresceu 9,9%. Em 2013, as receitas, cresceram 8,8%, enquanto a massa salarial

cresceu 10,3%. Com a desoneração da folha, pela primeira vez em muitos anos, a receita previdenciária em 2013 apresentou queda como proporção do PIB, e estagnou em 2014.¹⁵ Em 2015, nossa estimativa é de que se arrecade entre R\$ 334 bilhões e R\$ 336 bilhões, com frustração de R\$ 6 bilhões a R\$ 8 bilhões, considerando o comportamento da receita até maio (crescimento de 4,5%) e que vem sendo adiada a aprovação do aumento da alíquota de contribuição previdenciária sobre a receita bruta.

32. **Receitas não administradas** A arrecadação em 2013 alcançou o recorde de R\$ 142,5 bilhões, ou quase 2,8% do PIB, com o auxílio do bônus de assinatura do contrato de partilha de produção do campo de Libra. Em 2014 chegou-se a 2,42% do PIB, com as importantes contribuições de *royalties* (que são objeto, em grande parte, de repartição com estados e municípios), dados os preços ainda muito bons do petróleo, e de dividendos. Em 2015, a partir de proposta e Lei inflados, a 2ª Avaliação reduziu, no conjunto, a previsão de receitas não administradas em R\$ 35,3 bilhões, para R\$ 139,7 bilhões, ou 2,40% do PIB, praticamente a mesma proporção de 2014, ainda bastante elevada tendo em conta a perspectiva de preço médio do petróleo em baixa e os lucros das estatais em queda.

33. **Concessões superestimadas** A receita de concessões era de R\$ 13,3 bilhões na proposta, aumentou no Congresso para R\$ 15,2 bilhões, e foi reestimada em R\$ 18,1 bilhões na 2ª Aval. A proposta contemplou ingresso de R\$ 7,1 bilhões decorrentes de novos leilões de campos petrolíferos, sendo R\$ 6 bilhões referentes ao pré-sal, e R\$ 2,6 bilhões de pagamentos parcelados pela concessão anterior de aeroportos.¹⁶ O aumento no Congresso se justificou pela perspectiva de que R\$ 4,9 bilhões do leilão da banda 4G de telefonia móvel em setembro de 2014, sendo parcelados, repercutissem favoravelmente nas receitas de 2015, e ainda que 2 lotes de telefonia que não tiveram oferta viessem a ser arrematados. Concessões renderam R\$ 7,9 bilhões em 2014, incluindo o leilão da 4G, cujos pagamentos terminaram sendo feitos à vista: em dezembro de 2014 entraram no Tesouro R\$ 5,1 bilhões a título de concessões e permissões e serviram para abrandar o mau resultado do exercício. O acréscimo de R\$ 2,8 bilhões em relação ao orçamento foi explicado na 2ª Avaliação pela expectativa de bons resultados nos leilões de campos de petróleo, e ainda pela concessão da exploração da loteria instantânea, supostamente em julho. A 2ª Aval não dá informação precisa sobre esse último item, cujo lance se desvaloriza à medida em que cai a renda da população apostadora.

¹⁵ Em 2014 a renúncia por conta da desoneração da folha alcançou R\$ 22,1 bilhões.

¹⁶ Os aeroportos que serão concedidos por meio de leilão futuramente são os de Porto Alegre, Salvador, Fortaleza e Florianópolis. As concessões fazem parte da nova etapa do Plano de Investimentos em Logística, anunciado em 9 de junho. A previsão é que os leilões ocorram a partir do primeiro trimestre de 2016. Descarta-se em 2015 qualquer receita desses leilões. O pacote também prevê a concessão, pelo modelo de outorga, de sete aeroportos regionais: o de Araras, Jundiaí, Bragança Paulista, Itanhaém, Ubatuba e de Campinas (Amarais), em São Paulo, e de Caldas Novas, em Goiás.

34. **Leilões do petróleo adiados** Embora contemplados tão generosamente na 2ª Avaliação, é interesse declarado da Petrobras que leilões de campos de petróleo sejam adiados, frustrando-se em 2015 a arrecadação correspondente em ao menos R\$ 6 bilhões. As razões para o adiamento são o viés de baixa da cotação internacional do barril de petróleo e sua volatilidade, que diminuiriam os ganhos em potencial da União, assim como as dificuldades da estatal, em fase de redução de seus planos de investimento, de atender ao modelo que determina sua entrada como operadora e investidora em todos os blocos com participação mínima de 30%.

35. **Royalties e compensações financeiras em baixa acentuada** Essas receitas dependem, no caso do petróleo, que responde por sua maior parte, do câmbio; da cotação média do barril Brent; e do volume produzido. Na proposta orçamentária de 2015 alcançariam R\$ 58,4 bilhões, estimativa sem precedentes, absolutamente desautorizada pela queda das cotações internacionais do petróleo que já vinha ocorrendo. O orçamento reduziu a previsão em R\$ 8 bilhões, de acordo com a recomendação da NT 17, de 2014, que refletia o cenário da época. A queda do preço médio do barril se intensificou e a 2ª Aval reduziu a previsão de R\$ 50,4 bilhões para R\$ 32,4 bilhões, que nos parece apropriada, a menos da falta de informação sobre a hipótese quanto à produção de petróleo.

36. **Dividendos superestimados** A estimativa de dividendos cai de R\$ 25 bilhões para R\$ 15,5 bilhões, ou 0,27% do PIB, bastante inferior ao pico histórico de 2009, que equivaleu a 0,8% do PIB. Essa perda substancial é justificada na 2ª Avaliação pela apuração de prejuízo da Petrobras e da Eletrobras no exercício de 2014, bem como a expectativa de redução da lucratividade de estatais do setor financeiro. A contribuição da Eletrobras vinha sendo pequena desde 2013. Em 2014, da receita de dividendos de R\$ 18,9 bilhões, R\$ 9,1 bilhões (48%) foram entregues pelo BNDES. Na hipótese de que caíam entre 1/3 e metade os dividendos pagos pelos bancos, que Petrobras e Eletrobras continuem com prejuízo no primeiro semestre de 2015, e que não se distribuam dividendos antecipadamente, estimativa cautelosa seria de entre R\$ 12 bilhões e R\$ 9 bilhões como receita de dividendos.

37. **Operações com ativos** Na proposta esse componente estava estimado em R\$ 5,5 bilhões. O Congresso Nacional efetuou corte para R\$ 3,3 bilhões, tratando-se de uma rubrica que consta das estimativas de receitas desde 2005 e nunca registrou arrecadação significativa. A 2ª Aval acrescentou-lhe R\$ 4,2 bilhões, e a previsão passou a R\$ 7,5 bilhões. Corresponde a receitas com a venda de patrimônio inservível da União, e a explicação para o aumento foi o leilão da folha de pagamentos dos servidores federais.¹⁷ O resultado do leilão da folha dependerá do período pelo qual será

¹⁷ Receita de cessão do direito de operacionalização da folha de pagamento de pessoal.

cedida. A 2ª Aval não traz informação sobre o resultado esperado desta venda, nem se refere a outras alienações que contribuam para que esse valor seja atingido.

38. **Operações com ativos. Outras alienações** Notícia-se que o governo federal cogita de vender parte de seus 27% de participação no IRB-Brasil Resseguros SA, em oferta pública inicial (IPO) de ações neste ano que pode movimentar entre R\$ 3,5 bilhões e R\$ 4 bilhões. Ainda, a BB Seguridade detém cerca de 20% do IRB. No entanto, a oferta do IRB pode ser primária, e o capital movimentado iria para o caixa da empresa.

39. **Demais receitas** Houve a redução da estimativa das demais receitas, volumosas e fragmentadas, em R\$ 9,9 bilhões, explicada na Avaliação do 2º bimestre pelo fato, primeiramente, de o Congresso Nacional ter promovido, no orçamento, o aumento desse grupo de receitas em R\$ 1,3 bilhão em relação ao constante no projeto de lei. Em segundo lugar, componentes relevantes desse grupo de receitas apresentaram no segundo semestre de 2014 e nos 4 meses de 2015 valores que justificam, aos olhos do Executivo, revisão das previsões para baixo.

VII – COMENTÁRIOS SOBRE DESPESAS SELECIONADAS

40. **Despesas com pessoal baixas e estáveis** Essas despesas permanecem grosso modo inalteradas em 2015, em torno de 4% do PIB, por força de poucos aumentos reais concedidos a segmentos dos servidores e da exclusão da rubrica, em 2015, dos servidores do Distrito Federal pagos com recursos do Fundo Constitucional do DF. O crescimento nominal seria de R\$ 13,2 bilhões, 6% acima do realizado em 2014. As projeções para este item no primeiro relatório de Avaliação costumam ser bastante precisas, ainda mais diante de política de reajustes já conhecida¹⁸.

41. **Benefícios da Previdência** Nos últimos anos, no decorrer do exercício, a previsão da despesa com esses benefícios foi reduzida e permaneceu em patamares baixos em avaliações iniciais, para serem adiante revistos. Em 2013, por exemplo, a subavaliação só foi reconhecida na 5ª avaliação, em 20 de novembro, e despesa realizada foi R\$ 7,8 bilhões maior do que o previsto na Lei. Em 2014, a 1ª Avaliação reduziu os gastos em R\$ 1,4 bilhão e a despesa de R\$ 394,2 bilhões se realizou R\$ 5,9 bilhões acima do previsto na Lei. Em 2014 essas despesas cresceram 10,4%, para correção do salário mínimo de 6,8%, e para 2015 a projeção é de crescimento de 11%, para correção do mínimo de 8,8%. Em 2015, embora a 2ª Aval tenha trazido reajuste positivo de R\$ 1,2 bilhão, há indícios de que os benefícios estejam novamente subestimados. Com precatórios fixados em R\$ 8,9 bilhões e dado o crescimento do resto dessa despesa observado até maio, nossa estimativa é que benefícios da previdência superem em entre R\$ 6 bilhões e R\$ 8 bilhões a previsão de R\$ 437,5 bilhões da 2ª Aval.

¹⁸ Há acordo vigente de reajuste anual geral de 5% até 2015 para a maior parte das categorias.

42. **Seguro desemprego e abono salarial** Somados seguro-desemprego e abono salarial, esse grupo de despesas, que vinha crescendo rapidamente, cai em relação ao PIB, de quase 1% em 2014 para 0,72% na 2ª Aval. A estimativa da proposta e da lei, de R\$ 47 bilhões, era R\$ 6,9 bilhões abaixo do realizado em 2014 (R\$ 53,9 bilhões). A reprogramação agora prevê R\$ 42 bilhões de despesa com esses dois itens. Essa redução corresponderia à projeção atualizada de despesas com abono salarial e seguro desemprego, deduzida dos efeitos estimados da MP 665, de 30 de dezembro de 2014, que determinou novas regras para a obtenção dos benefícios. Somavam, quando apresentados no rol de medidas de ajuste, R\$ 16 bilhões de economia. O Conselho Deliberativo do FAT acaba de aprovar (2 de julho) o adiamento para 2016 de despesas de R\$ 9,8 bilhões, segundo a imprensa, que seriam devidos originalmente em 2015, o que aproxima a 2ª Aval de uma projeção atualizada da despesa. A informação oferecida sobre novas previsões dessas despesas no ano é escassa.

43. **A reprogramação de subsídios e subvenções** A 2ª Aval prevê aumento dessa despesa em relação à Lei em R\$ 1,6 bilhão, para R\$ 20,6 bilhões, quase 5 vezes o realizado em 2014. Nos últimos 4 anos essas despesas não ultrapassaram 0,16% do PIB, vieram caindo – as dotações nas propostas se revelaram reiteradamente superestimadas e todo ano abriram espaço na reprogramação orçamentária. A diferença em 2015 é que o atraso no pagamento de subsídios bancados por bancos oficiais está sendo considerado ilegalidade, e a reprogramação parece sinalizar que as contas serão postas em dia.

44. **Auxílio à Conta de Desenvolvimento Energético (Lei 12.865/13, de 9/10)** Em 2015, a proposta contemplou a Conta com subsídio de R\$ 9 bilhões, pouco abaixo do valor executado em 2014, mas foi reduzido no Congresso para R\$ 4,2 bilhões, e na 2ª Aval para R\$ 1,25 bilhão, valor que havia sido executado em janeiro.

VIII – PERSPECTIVAS PARA O ATINGIMENTO DA META FIXADA NA LDO

45. **Evolução das metas** Depois do terceiro ano seguido em que a meta fiscal “cheia” anunciada na LDO não foi atingida e depois dos muitos questionamentos sobre artifícios contábeis utilizados para demonstrar o cumprimento formal da meta primária, se pretendia trabalhar com um resultado considerado mais factível de ser alcançado. Na 2ª Aval, com resultado fixado nominalmente e o PIB reestimado, a meta primária do setor público passou a 1,14% do PIB, e a 0,95% do PIB o da União, depois de descontadas despesas do PAC de R\$ 28,67 bilhões.

46. **Meta anual e superávit acumulado até maio nada animadores** O superávit acumulado nos 5 primeiros meses teria dado conta de apenas 38,5% da meta deste ano (R\$ 66,3 bilhões ou 1,1% do PIB). Entretanto, dos R\$ 25,5 bilhões acumulados até agora, estados e municípios foram responsáveis por 75% (R\$ 19,2 bilhões), superando a estimativa para os entes regionais, de R\$ 11 bilhões. Já o governo central alcançou R\$

6,3 bilhões neste período, cumprindo apenas 12% de sua meta (de R\$ 55,3 bilhões). O governo terá que se esforçar ainda mais nos meses restantes. Para atingir a meta, precisa de resultado positivo médio mensal de R\$ 7 bilhões até o final do ano, o que é praticamente impossível, pois agora se começa a executar o orçamento. Acúmulo médio mensal de junho a dezembro dessa ordem ocorreu em 2013, corrigido, com a diferença de que no segundo semestre daquele ano se vendeu o campo de Libra por R\$ 15 bilhões e se arrecadaram R\$ 21,8 bilhões a título de parcelamento especial de débitos tributários. Como dito anteriormente, a poupança da União até maio é 1/3 do saldo primário acumulado no mesmo período de 2014, e ano passado houve déficit.

47. Metas quadrimestrais O Decreto fixa as metas primárias quadrimestrais conforme a Tabela, que mostra um desempenho até abril que já piorou e um viés de realização para o restante do ano: apenas ¼ do superávit se acumulou nos primeiros quatro meses.

RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL, 2015					
Item de Receita, Despesa ou Resultado	Observado		Previsto		
	Jan-Abril		Jan-Ago	Jan-Dez	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	R\$ milhões	% PIB
Receita Total	321.136	17,05	636.484	1.007.022	17,26
Receita Administrada pela RFB	276.933	14,70	541.810	848.328	14,54
Receitas Não Administradas	44.202	2,35	94.675	158.694	2,72
Transferências a Estados e Municípios (-)	71.500	3,80	140.757	213.434	3,66
FPE/FPM/IFI-EE	58.414	3,10	114.303	173.131	2,97
Demais	13.086	0,69	26.454	40.303	0,69
Receita Líquida	249.636	13,26	495.728	793.588	13,60
Despesas	213.881	11,36	428.955	665.517	11,41
Pessoal e Encargos Sociais	73.750	3,92	151.651	235.584	4,04
Outras Correntes e de Capital	140.131	7,44	277.304	429.934	7,37
Não Discricionárias ⁽¹⁾	59.252	3,15	110.427	174.806	3,00
Discricionárias - Todos os Poderes	80.879	4,29	166.876	255.128	4,37
Resultado do Tesouro	35.755	1,90	66.772	128.071	2,20
Resultado da Previdência	(21.162)	(1,12)	(44.587)	(72.792)	(1,25)
Arrecadação Líquida INSS ⁽¹⁾	110.396	5,86	226.584	364.680	6,25
Benefícios da Previdência	131.558	6,99	271.171	437.472	7,50
Discrepância Estatística	931	0,05	0	0	0,00
Resultado Primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade	15.524	0,82	22.185	55.279	0,95
Resultado Primário das Empresas Estatais Federais	(1.266)	(0,07)	(1.003)	0	0,00
Resultado Primário do Governo Federal	14.258	0,76	21.182	55.279	0,95
Memorando:					
PIB do Período	1.883.288		...	5.833.550	
Fonte: Relatórios de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais- 1º Quadrimestre de 2015 e de Avaliação de Receitas e Despesas- 2º Bimestre de 2015; SOF/MP; STN/MF; Banco Central do Brasil.					

48. A próxima Avaliação

Em 22 de julho, observados a evolução de receitas e despesas até junho e a perspectiva da arrecadação, o relatório de Avaliação referente ao 3º bimestre será encaminhado ao Congresso e novo Decreto poderá rever a meta para o fim de agosto. Alternativamente, o Executivo terá encaminhado projeto de lei alterando a LDO com a finalidade de reduzir a meta fiscal. A Tabela abaixo, preliminar, aponta a dimensão do problema que terá que ser enfrentado adiante se as principais projeções da 2ª Aval estiverem otimistas e os comentários desta Nota relativos a receitas e despesas selecionadas forem pertinentes. São os valores que terão que ser reduzidos na previsão das receitas e aumentados na despesa.

Ajustes preliminares da programação, 2015		
(R\$ bilhões)		
Item da programação	Mínimo	Máximo
Receita atípicas - RFB	25,5	30,5
Arrecadação líquida do INSS	6	8
Concessões e permissões	9,9	11,8
Operações com ativos	3,3	3,3
Dividendos	3,5	6,5
<i>Subtotal receitas</i>	<i>48,2</i>	<i>60,1</i>
Benefícios previdenciários	6	8
Seguro desemprego e abono salarial
<i>Subtotal despesas</i>	<i>6</i>	<i>8</i>
Total	54,2	68,1

49. Dimensões do ajuste

Praticamente todo o superávit da União estaria comprometido, na falta de novas medidas rentáveis no campo das receitas com arrecadação ainda em 2015, na hipótese de desajuste mínimo e ainda na incerteza quanto às previsões relativas ao seguro desemprego.¹⁹

¹⁹ No desajuste mínimo, o déficit da Previdência aumentaria em R\$ 12 bilhões, para R\$ 107,5 bilhões, ou 1,9% do PIB.

IX – TABELAS ANEXAS

DÍVIDA LÍQUIDA E BRUTA DO GOVERNO GERAL, 2010-2015

	2010	2011	2012	2013	2014	Maio 2015
	<u>(% do PIB)</u>					
Dívida Bruta do Governo Geral ⁽¹⁾	51,8	51,3	54,8	53,3	58,9	62,5
Dívida Líquida do Setor Público ⁽²⁾	38,0	34,5	32,9	31,5	34,1	33,6
Dívida Interna Líquida	47,2	46,8	46,0	45,4	48,4	50,3
União (inclui Estatais Federais)	35,5	36,0	35,3	34,9	37,5	39,4
Governos Regionais ⁽⁷⁾	11,8	10,9	10,7	10,4	10,8	10,9
Dívida Externa Líquida	(9,3)	(12,3)	(13,1)	(13,9)	(14,2)	(16,6)
Governo Federal e Banco Central	25,8	23,9	21,2	19,8	21,8	20,9
Governos Regionais ⁽⁷⁾	12,4	10,8	11,9	11,9	12,4	12,8
Empresas Estatais Federais	(0,2)	(0,2)	(0,1)	(0,1)	(0,1)	(0,1)
<u>Memorando:</u>						
Tesouro Nacional						
Dívida Mobiliária do Tesouro Nacional ⁽³⁾	40,9	40,4	40,4	39,1	39,4	41,7
Títulos Livres na Carteira do Bacen	10,7	9,4	8,1	8,3	5,6	4,3
Crédito para Instituição Financeira Oficial ⁽⁴⁾	(6,6)	(7,3)	(8,6)	(9,1)	(9,9)	(9,9)
Equalização Cambial ⁽⁵⁾	1,3	0,3	0,2	(0,1)	(1,2)	(1,1)
Banco Central do Brasil						
Operações Compromissadas	7,4	7,8	11,1	10,3	14,7	15,4
Base Monetária	5,3	4,9	5,0	4,8	4,8	4,2
Dívida Externa Líquida ⁽⁶⁾	(12,2)	(14,9)	(16,0)	(16,9)	(17,8)	(20,6)
	<u>(R\$ Bilhões)</u>					
Dívida Líquida do Setor Público	1.475,8	1.508,5	1.550,1	1.626,3	1.883,1	1.903,7
Dívida Mobiliária do Tesouro Nacional ⁽³⁾	1.590,7	1.769,3	1.905,0	2.017,3	2.173,7	2.362,5
Operações Compromissadas	288,7	341,9	524,0	528,7	809,1	869,6
Crédito para Instituição Financeira Oficial ⁽⁴⁾	(256,6)	(319,1)	(406,9)	(466,9)	(545,6)	(559,7)
Produto Interno Bruto ⁽⁸⁾	3.886,8	4.374,8	4.713,1	5.157,6	5.521,3	5.660,6

Fonte: Banco Central do Brasil; IBGE. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Exclui Banco Central e empresas estatais. Exclui dívida mobiliária na carteira do Bacen e inclui operações compromissadas do Bacen.

⁽²⁾ Inclui Banco Central e empresas estatais. Inclui títulos livres na carteira do Bacen.

⁽³⁾ Posição de carteira. A soma deste item com o valor registrado em "Dívida securitizadas e TDA" corresponde ao total da DPMFI no critério utilizado pelo Demab do Bacen.

⁽⁴⁾ Soma instrumentos híbridos de capital e dívida e outros créditos concedidos ao BNDES.

⁽⁵⁾ Equalização do resultado financeiro das operações com reservas cambiais e das operações com derivativos cambiais, realizadas pelo Banco Central (MP nº 435).

⁽⁶⁾ Inclui as reservas internacionais.

⁽⁷⁾ Inclui Empresas Estatais Estaduais e Municipais.

⁽⁸⁾ PIB acumulado no ano em valores correntes.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

PARÂMETROS E INDICADORES MACROECONÔMICOS, 2010-2015 ⁽¹⁾																	
Valores Estimados e Realizados																	
Parâmetros	Realizado				2014							2015					
	2010	2011	2012	2013	PLOA 2014	Lei	LDO 2015	Aval 3º Bi/ PLOA 2015	Aval 5º Bi/ SPE 20/11	CN/ SPE 3/12/14 ⁽²⁾	Real	LDO 2015	PLOA 2015	CN/ SPE 3/12/14 ⁽²⁾	Aval 2º Bi/ SPE 13/5/15	Focus 30/4/15	Focus 3/7/15
Variação real do PIB (%)	7,57	3,92	1,76	2,74	4,00	3,80	2,50	1,80	0,50	0,19	0,15	3,00	3,00	0,77	(1,16)	(1,18)	(1,50)
PIB (R\$ bilhões)	3.886,84	4.374,77	4.713,10	5.157,57	5.242,9	5.280,4	5.266,3	5.258,8	5.185,2	5.169,3	5.521,26	5.733,4	5.756,5	5.522,8	5.833,55
IPCA acum (%)	5,91	6,50	5,84	5,91	5,00	5,80	5,30	6,20	6,45	6,43	6,41	5,00	5,00	6,49	8,26	8,26	9,04
IGP-DI acum (%)	11,30	5,00	8,10	5,52	5,50	6,00	6,03	7,25	3,00	5,34	3,78	5,50	5,50	5,69	6,35	7,04	7,42
INPC acum (%)	6,47	6,08	6,20	5,56	5,00	...	5,30	6,20	6,45	6,20	6,23	5,00	5,00	5,85	8,35	8,35	9,26
Massa salarial (%)	14,90	16,19	13,47	10,31	10,09	...	10,56	11,27	10,00	9,46	9,94	10,69	10,35	10,60	4,83
Taxa Selic média (% a.a.)	9,80	11,67	8,53	8,18	9,29	...	10,73	10,88	10,88	10,90	10,86	10,66	10,91	12,07	13,05	13,22	13,72
Taxa Selic-meta fim de período (% a.a.)	10,75	11,50	7,25	10,00	9,25	9,50	10,75	11,00	11,25	11,50	11,75	10,75	11,00	12,00	13,25	13,50	14,50
Câmbio médio (R\$/US\$)	1,76	1,67	1,95	2,16	2,19	2,30	2,36	2,29	2,32	2,35	2,35	2,40	2,45	2,59	3,09	3,08	3,09
Câmbio fim dez (R\$/US\$)	1,67	1,88	2,04	2,34	2,22	...	2,39	2,35	2,38	2,55	2,66	2,40	2,50	2,67	3,21	3,20	3,22
Petróleo-preço médio (US\$)	79,47	112,26	109,90	107,15	98,62	...	107,12	108,87	104,78	104,78	104,78	102,60	107,44	86,02	68,75
Importações ⁽³⁾ em US\$ (%)	40,98	21,51	(1,16)	6,00	4,10	...	6,11	3,32	3,31	3,31	(4,83)	4,67	4,69	4,69	(10,05)
Memorando:																	
Variação real do PIB na Lei (%)	5,00	5,50	4,50	4,50							3,80						
Fonte: Realizado: SPE/MF 3/12/14 e 13/5/15 (Aval 2º bimestre/2015); Relatórios de avaliações; Relatórios de cumprimento de metas quadrimestrais; LDO e projetos de lei de diretrizes e orçamentárias citados; SOF/MPOG; STN/MF e Banco Central/Focus.																	
⁽¹⁾ '%' representa variação em relação ao ano anterior, a menos que indicado de outra forma.																	
⁽²⁾ Alteração da LDO 2015																	
⁽³⁾ Exclui petróleo e derivados combustíveis.																	



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
Receitas Primárias, 2011-2015											
	2011	2012	2013		2014		2015				
							Proposta	Orçamento	Avaliação 2º Bimestre	Contingenc	
	% do PIB		R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões			% PIB	R\$ Milhões
RECEITA TOTAL	22,65	22,46	1.169.968,0	22,68	1.203.413,6	21,80	1.447.658,1	1.429.660,4	1.349.036,1	23,13	80.624,30
Receita Administrada pela RFB	14,37	13,74	719.196,8	13,94	739.171,7	13,39	876.620,5	864.621,4	848.328,1	14,54	16.293,26
Imposto de Importação	0,61	0,66	37.138,7	0,72	36.563,3	0,66	45.544,4	47.976,8	43.760,7	0,75	4.216,16
IPi	0,95	0,94	44.077,4	0,85	50.146,2	0,91	60.480,9	59.515,1	55.880,0	0,96	3.635,06
Imposto de Renda	5,38	5,23	272.540,7	5,28	285.678,0	5,17	323.172,4	315.401,7	316.231,7	5,42	(830,07)
IOF	0,73	0,66	29.642,6	0,57	29.892,9	0,54	34.612,1	35.615,4	37.768,9	0,65	(2.153,49)
COFINS	3,68	3,72	202.813,2	3,93	198.742,4	3,60	223.913,9	222.907,0	214.908,5	3,68	7.998,53
PIS/PASEP	0,96	0,98	52.038,0	1,01	52.543,5	0,95	59.461,3	59.145,8	56.216,6	0,96	2.929,23
CSLL	1,35	1,20	64.250,7	1,25	64.808,1	1,17	77.073,1	75.873,1	71.001,6	1,22	4.871,48
CPMF	0,00	(0,01)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIDE-Combustíveis	0,20	0,06	749,5	0,01	30,3	0,00	9,7	9,7	3.600,9	0,06	(3.591,26)
Outras Administradas pela SRF	0,50	0,29	15.946,0	0,31	20.767,0	0,38	52.352,7	48.176,8	48.959,2	0,84	(782,39)
Arrecadação Líquida do INSS	5,62	5,81	298.127,3	5,78	319.451,1	5,79	374.386,9	374.544,2	342.014,0	5,86	32.530,20
Contribuição ao PSSS/Servidores	0,21	0,20	10.171,4	0,20	10.917,1	0,20	12.130,4	12.130,4	11.462,8	0,20	667,64
Receitas Não Administradas	2,45	2,71	142.472,5	2,76	133.873,8	2,42	179.020,3	175.064,4	139.731,2	2,40	35.333,19
Concessões e Permissões	0,09	0,05	22.072,6	0,43	7.921,1	0,14	13.303,8	15.233,2	18.078,1	0,31	(2.844,94)
Dividendos	0,46	0,59	17.141,6	0,33	18.939,6	0,34	24.508,0	25.020,4	15.505,3	0,27	9.515,14
Salário-Educação	0,30	0,31	16.562,2	0,32	18.300,7	0,33	20.420,5	20.420,5	19.614,2	0,34	806,32
Royalties/Comp. Financeiras	0,68	0,72	36.450,8	0,71	39.372,8	0,71	58.397,3	50.397,3	32.376,8	0,56	18.020,59
Demais Receitas	0,53	0,57	33.413,3	0,65	32.852,2	0,60	44.629,0	45.935,5	35.992,7	0,62	9.942,76
Receita Própria (fts 50, 81 & 82)	0,33	0,40	13.202,5	0,26	12.449,9	0,23	13.866,5	13.866,5	14.118,8	0,24	(252,39)
Complemento do FGTS	0,06	0,06	3.629,4	0,07	4.037,5	0,07	3.895,3	4.191,0	4.045,3	0,07	145,72
Operações com Ativos	-	-	-	-	-	-	5.500,0	3.300,0	7.500,0	0,13	(4.200,00)
TRANSFER ESTADOS MUNICÍPIOS	3,73	3,63	181.820,9	3,53	198.485,3	3,59	230.565,7	224.428,5	213.433,9	3,66	10.994,64
FPE/FPM/IPi-EE	2,98	2,84	143.921,4	2,79	156.823,0	2,84	176.038,6	173.884,9	173.130,9	2,97	753,96
Fundos Regionais	0,09	0,09	4.556,7	0,09	4.579,6	0,08	5.123,1	5.123,1	5.886,3	0,10	(763,19)
Salário Educação	0,18	0,19	9.044,1	0,18	10.800,8	0,20	12.252,3	12.252,3	12.743,1	0,22	(490,74)
Compensações Financeiras	0,43	0,48	23.441,1	0,45	25.151,0	0,46	36.122,8	32.122,8	20.176,7	0,35	11.946,06
Cide-combustíveis	0,05	0,02	57,3	0,00	116,1	0,00	2,2	2,2	558,7	0,01	(556,46)
Demais	0,01	0,01	800,3	0,02	1.014,9	0,02	1.026,7	1.043,2	938,2	0,02	105,01
RECEITA LÍQUIDA	18,93	18,83	988.147,1	19,16	1.004.928,3	18,20	1.217.092,4	1.205.231,9	1.135.602,2	19,47	69.629,7
Memorando:						-					
Reserva Compensação ao RGPS	-	0,04	9.019,7	0,17	18.052,0	0,33	18.166,4	18.166,4	22.666,4	0,39	
Produto Interno Bruto (R\$ Bilhões)	4.374,8	4.713,1	5.157,6		5.521,3		5.756,5	5.522,8	5.833,5		



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Despesas e Resultados Primários, 2011-2015

Discriminação	2015									
	2011	2012	2013	2014		Proposta	Orçamento	Avaliação 2º Bimestre	Contingenc	
	% do PIB		R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões	% PIB
RECEITA LÍQUIDA	18,93	18,83	988.147,1	19,16	1.004.928,3	18,20	1.217.092,4	1.205.231,9	1.135.602,2	19,47
TOTAL DAS DESPESAS	16,79	17,15	911.075,0	17,66	1.022.171,3	18,51	1.196.071,9	1.149.952,9	1.080.323,2	18,52
Pessoal e Encargos Sociais	4,15	4,00	205.152,9	3,98	222.375,4	4,03	235.069,1	235.831,3	235.583,8	4,04
Benefícios da Previdência	6,43	6,72	357.003,1	6,92	394.201,2	7,14	436.289,7	436.289,7	437.472,3	7,50
Demais Desp Vinculadas ao Salário Mínimo	1,35	1,44	77.758,5	1,51	92.432,6	1,67	89.236,4	89.236,4	84.896,1	1,46
Abono e Seguro Desemprego	0,78	0,82	44.235,6	0,86	53.874,9	0,98	46.998,8	46.998,8	41.955,3	0,72
Benef. de Prestação Continuada - LOAS e RMV	0,57	0,62	33.522,8	0,65	38.557,8	0,70	42.237,7	42.237,7	42.940,8	0,74
Compensação Estados Exportadores ICMS	0,09	0,08	1.950,0	0,04	3.900,0	0,07	-	3.900,0	3.900,0	0,07
Outras Despesas Obrigatórias do Executivo	0,70	0,62	40.100,6	0,78	39.867,9	0,72	67.473,4	58.325,3	62.981,9	1,08
Subsídios, Subvenções e Proagro	0,15	0,16	5.902,8	0,11	4.338,7	0,08	23.027,8	19.029,8	20.610,8	0,35
Sentenças Judiciais - demais	0,07	0,07	3.788,0	0,07	4.855,0	0,09	8.182,4	8.182,4	8.550,6	0,15
Fundef/Fundeb - Complementação	0,21	0,22	9.272,2	0,18	10.859,5	0,20	12.577,5	12.577,5	13.287,8	0,23
FDA/FDNE/SUDAM/SUDENE	0,02	0,04	1.158,8	0,02	844,0	0,02	-	-	503,0	0,01
Fundo Constitucional do DF	0,02	0,02	1.119,2	0,02	1.217,0	0,02	7.085,9	7.085,9	7.085,9	0,12
Fabricação de Cédulas e Moedas	0,02	0,02	1.441,4	0,03	527,5	0,01	-	-	800,0	0,01
Complemento do FGTS	0,06	0,01	-	-	900,0	0,02	3.895,3	3.895,3	5.245,4	0,09
Transferências ANA e ANEEL	0,00	0,00	263,4	0,01	284,7	0,01	1.395,0	1.395,0	1.395,0	0,02
Anistiados	0,00	0,00	212,5	0,00	191,1	0,00	238,0	238,0	238,0	0,00
Benefícios de Legislação Especial	0,01	0,01	330,9	0,01	358,6	0,01	956,8	976,9	956,8	0,02
Apoio Financeiro aos Municípios/Estados	-	-	1.500,0	0,03	1.500,0	0,03	-	-	-	-
Auxílio à Conta de Desenvolvimento Energético	-	-	7.868,0	0,15	9.207,7	0,17	9.000,0	4.190,0	1.250,0	0,02
Créditos Extraordinários	0,12	0,06	6.382,4	0,12	4.035,9	0,07	-	-	1.345,0	0,02
Doações e Convênios	0,01	0,01	860,8	0,02	748,1	0,01	1.114,7	754,6	1.713,5	0,03
Legislativo/Judiciário/MPU	0,16	0,18	8.395,0	0,16	10.254,2	0,19	11.930,6	14.029,6	13.094,2	0,22
Subtotal das Despesas Obrigatórias	12,76	12,98	690.360,2	13,39	763.031,4	13,82	839.999,2	837.612,4	837.928,3	14,36
Discricionárias - Executivo	3,91	4,17	220.714,9	4,28	259.139,9	4,69	356.072,7	312.340,5	242.394,9	4,16
Outras Discricionárias	3,27	3,34	176.000,1	3,41	201.441,8	3,65	283.012,4	246.728,9	203.103,3	3,48
Reserva de Contingência/Orçamentária	-	-	-	-	-	-	8.078,8	1,0	1,0	0,00
Programa de Aceleração do Crescimento	0,64	0,83	44.714,8	0,87	57.698,0	1,05	64.981,6	65.610,6	39.290,60	0,67
Fundo Soberano do Brasil (FSB)	-	(0,26)	-	-	-	-	-	-	-	-
Discrepância Estatística	(0,04)	(0,08)	(1.781,3)	(0,03)	(3.228,8)	(0,06)	-	-	-	-
Resultado Primário antes do abatimento	2,10	1,86	75.290,7	1,46	(20.471,7)	(0,37)	21.020,4	55.279,0	55.279,0	0,95
Abatimento PPI/PAC/Desonerações	...	0,83	32.799,3	0,64	136.543,7	2,47	28.667,0	28.667,0	28.667,0	0,49
Resultado com abatimento	-	2,69	108.090,0	2,10	116.072,0	2,10	49.687,4	83.946,0	83.946,0	1,44
Resultado Primário das Estatais Federais	0,04	0,01	(543,8)	(0,01)	(2.007,6)	(0,04)	-	-	-	-
Resultado Primário da União	2,14	1,86	74.746,9	1,45	(22.479,3)	(0,41)	49.687,4	83.946,0	83.946,0	1,44
Memorando	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Déficit da Previdência antes de Compensação	(0,81)	(0,90)	(58.875,9)	(1,14)	(74.750,1)	(1,35)	(61.902,8)	(61.745,5)	(95.458,3)	(1,64)
Resultado Compensado do RGPS	...	-	(49.856,2)	(0,97)	(56.698,1)	(1,03)	(43.736,4)	(43.579,1)	(72.791,9)	(1,25)

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal; IBGE; Banco Central do Brasil; Avaliações, decretos, propostas e lei orçamentárias citados. Elaboração dos autores.